

PUBLICAÇÃO

Câmara Municipal de Cabedelo/PB

Quinzenário Oficial da Cabedelo

do dia 16/03/12 / 2003

Leis Custina M. de Farias
Visto



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CABEDELLO
GABINETE DO PREFEITO

PROTOCOLO

Camara Municipal de Cabedelo/PB.

Recebido as 15:10 horas do dia

22 / 12 / 2003

Agência 4- Oliveira
VISTO

Lei N.º 1180

De 17 de dezembro de 2003

INICIATIVA
Prefeito, José Roberto F. Junior
Câmara Municipal de Cabedelo-PB
Visto

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO E
IMPLEMENTAÇÃO DO
SISTEMA MUNICIPAL DE
ENSINO DE CABEDELLO, E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CABEDELLO (PB):

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei institui o Sistema Municipal de Ensino, em observância ao disposto no art. 211 da Constituição da República Federativa do Brasil, nos artigos 8º, 11 e 18 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9394/96) e em seu artigo 187 da Lei Orgânica do Município.

Art. 2º O Sistema Municipal de Ensino é um conjunto coerente e operante, constituído, por elementos necessários à sua unidade e identidade própria, respeitadas a sua realidade, diversidade e pluralidade, que permite a elaboração coletiva do projeto político-pedagógico do Município com foco na aprendizagem do educando, a emancipação das escolas e a autonomia da educação municipal, compreendendo os estabelecimentos, órgãos e instrumentos previstos no art. 11 desta Lei.

TÍTULO II DA EDUCAÇÃO CAPÍTULO ÚNICO DOS PRINCÍPIOS E FINS DA EDUCAÇÃO

Art. 3º A educação é um direito de todos e dever da família, e do Poder Público, inspirando-se nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por fim o pleno desenvolvimento do educando, sua preparação para o exercício da cidadania e sua qualificação para o universo do trabalho.

Art. 4º A educação escolar, vinculando-se ao mundo de trabalho e à prática social, desenvolve-se, predominantemente, através do ensino, em Instituições próprias.

Art. 5º O ensino no município, será ministrado com base nos seguintes princípios, conforme determina o artigo 3º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

- I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
III – pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;
IV – respeito à liberdade e apreço à tolerância;

45



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CABEDELO
GABINETE DO PREFEITO

- V – coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- VI – gratuidade de ensino público em estabelecimentos oficiais;
- VII – valorização do profissional de educação escolar;
- VIII – gestão democrática do ensino público;
- IX – garantia de padrões de qualidade;
- X – valorização da experiência extra-escolar;
- XI – vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

TÍTULO III
DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL

Art. 6º A educação municipal em observância ao disposto na Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (Lei nº 9394/96), compreende os processos de formação desenvolvidos na família, na convivência humana, no trabalho, nas manifestações culturais, nas instituições municipais de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil cabedelense.

Art. 7º O Poder Público Municipal efetivará a educação escolar pública garantindo:

- I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;
- II - atendimento educacional especializado gratuito aos educando com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino;
- III - atendimento gratuito em creches e pré-escolas às crianças de zero a seis anos de idade;
- IV - oferta de ensino noturno regular, adequando às condições do educando, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, dos que forem trabalhadores e/ou que pretenda inserir no universo do trabalho através Educação Empreendedora;
- VI - atendimento ao educando, no ensino fundamental público, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação, assistência à saúde e fardamento escolar;
- VII - padrões mínimo de qualidade de ensino, definidos como a variedade e quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem.

Art. 8º O Poder Público Municipal incumbir-se-á de :

- I – organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais do Sistema Municipal de Ensino, integrando-os às políticas e planos educacionais da União e do Estado da Paraíba;
- II – exercer ação redistributiva em relação às suas escolas;
- III – baixar normas complementares para o seu sistema de ensino;
- IV – autorizar, credenciar e supervisionar os estabelecimentos do Sistema Municipal de Ensino;
- V – oferecer a educação infantil em creches e pré-escola, e, com prioridade, o ensino fundamental e educação regular noturna para jovens e adultos, garantindo-se aos que forem trabalhadores e que pretenda inserir no mundo do trabalho uma Educação Empreendedora e permitida a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de



**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CABELO
GABINETE DO PREFEITO**

competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino;

VI – elaborar o Plano Municipal de Educação e zelar pela sua execução;

VII – organizar e realizar o Congresso Municipal de Educação, que se reunirá no mínimo uma vez por ano.

Art. 9º O acesso ao ensino fundamental é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão cabedense, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída e, ainda, o Ministério Público, acionar o Poder Público Municipal para exigí-lo.

§ 1º Compete ao Município, em regime de colaboração com Estado, assistido pela União:

I – recensear a população em idade escolar para o ensino fundamental, e os jovens e adultos que a ele não tiveram acesso;

II – fazer-lhes a chamada pública;

III – zelar, junto aos pais e mães ou responsáveis, pela frequência à escola.

§ 2º O Poder Público Municipal assegurará, em primeiro lugar, o acesso ao ensino obrigatório, nos termos deste artigo, contemplando outros níveis e modalidades de ensino, de conformidade com as prioridades constitucionais e legais.

§ 3º Qualquer partes mencionadas no caput deste artigo tem legitimidade para peticionar no Poder Judiciário, na hipótese do § 2º do art. 208 da Constituição Federal, sendo gratuita e de rito sumário a ação judicial correspondente.

§ 4º Comprovada a negligência da autoridade competente para garantir o oferecimento do ensino obrigatório, poderá ela ser imputada por crime de responsabilidade.

§ 5º Para garantir o cumprimento da obrigatoriedade de ensino, o Poder Público Municipal criará formas alternativas de acesso aos diferentes níveis de ensino, independentemente da escolarização anterior.

**TÍTULO IV
DO SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO
CAPÍTULO I
DA ABRANGÊNCIA E COMPOSIÇÃO**

Art. 10º O Sistema Municipal de Ensino abrange as instituições do ensino fundamental, médio e de educação infantil, mantidas pelo Poder Público Municipal, aquelas de educação infantil criadas e mantidas pela iniciativa privada, os órgãos colegiados e administrativo da educação municipal, bem como os instrumentos metodológicos e elementos normativos necessários ao seu funcionamento e ao desenvolvimento do ensino.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CABELO
GABINETE DO PREFEITO

Art. 11º O Sistema Municipal de Ensino compreende:

- I – a Secretaria da Educação, Esporte e Cultura;
- II – o Conselho Municipal de Educação;
- III – o Plano Municipal de Educação;
- IV – as suas Normas Complementares;
- V – as instituições de ensino fundamental, médio e de educação infantil criadas e mantidas pelo Poder Público Municipal e as instituições de educação infantil criadas e mantidas pela iniciativa privada.

CAPÍTULO II
DOS ÓRGÃOS
SEÇÃO I
DO ÓRGÃO GESTOR

Art. 12º A Secretaria da Educação, Esporte e Cultura será órgão gestor do Sistema Municipal de Ensino, com regimento interno próprio, incumbindo-se ainda de:

- I – gerir a rede de escolas municipais;
- II – coordenar o processo de discussão e definição das políticas municipais de educação, através do Plano Municipal de Educação, em articulação com o Conselho Municipal de Educação e com a Câmara Municipal;
- III – definir, prioridades, estratégias e ações para cumprimento das responsabilidades municipais com a educação;
- IV – autorizar, credenciar e supervisionar as escolas municipais e instituições privadas de educação infantil, ouvido o Conselho Municipal de Educação;
- V – garantir e regulamentar as condições para uma gestão democrática, descentralizada do Sistema Municipal de Ensino e que permita a efetiva emancipação das escolas;
- VI – propiciar as condições para a construção do projeto político-pedagógico da escola, enfocando-se a aprendizagem dos educandos e participação dos profissionais da educação na sua elaboração, como também a da comunidade local;
- VII – organizar os dados do Sistema Municipal de Ensino;
- VIII – elaborar seu planejamento estratégico e favorecer o das escolas;
- IX – elaborar e alterar seu regimento interno e seu organograma;
- X – elaborar o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério, ouvidos os profissionais da educação;
- XI – definir os padrões mínimos para o funcionamento das escolas;
- XII – desenvolver programas de capacitação e atualização do magistério e do pessoal técnico-administrativo;
- XIII – subsidiar e participar da elaboração do orçamento para a educação;
- XIV – institucionalizar as medidas introduzidas pelo Sistema Municipal de Ensino;
- XV – implementar o regime de colaboração e parcerias, e subsidiar as escolas na sua discussão;
- XVI – conhecer e buscar fontes de financiamentos de projetos educacionais e de artes, esporte e cultura nas escolas;

[Assinatura]



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CABEDELO
GABINETE DO PREFEITO

- XVII – elaborar e implementar programas e políticas municipais de esportes e de cultura, ouvidos os colegiados;
XVIII – subsidiar as escolas nos programas de alimentação e saúde escolar;
XIX – gerir o programa do transporte do escolar;
XX – orientar e supervisionar pedagogicamente as escolas;
XXI – apoiar administrativamente as escolas;
XXII – desenvolver estudos e pesquisas para subsidiar as ações educacionais no Município;
XXIII – organizar e definir seu quadro de pessoal técnico-administrativo.

Parágrafo único. O Poder Público Municipal terá um prazo de 60 (sessenta) dias, contado da publicação desta Lei, para aprovar o regimento da Secretaria da Educação, Esporte e Cultura.

Art. 13º São órgãos colaboradores da Secretaria da Educação, Esporte e Cultura, ajustando-se a esta Lei no que couber:

- I – o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, criado pela Lei nº 909/97;
II – o Conselho Municipal de Alimentação Escolar, instituído pela Lei nº 878/97;
III – o Conselho de Controle Social e Acompanhamento do Programa de Renda Mínima – Bolsa Escola, instituído pela Lei nº 10.219/01;
IV – o Conselho Municipal de Cultura;
V – o Conselho Municipal de Esporte;
VI – o Conselho Municipal de Gestores Escolares.

§ 1º Os conselhos, de que trata os incisos I, II, III e VI, deste artigo, são integrantes do Sistema Municipal de Ensino.

§ 2º Os conselhos, de que trata os incisos IV, V, e VI deste artigo, serão criados por leis específicas acompanhadas das diretrizes de seus respectivos planos municipais.

SEÇÃO II
DO ÓRGÃO NORMATIVO

Art. 14º O Conselho Municipal de Educação – criado pela Lei nº 908/97 e reestruturado por esta Lei – é o órgão colegiado do Sistema Municipal de Ensino, representativo da Comunidade, em observância ao disposto nos arts. 11 e 18 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB/96.

Art. 15º O Conselho Municipal de Educação terá funções consultivas, fiscalizadora e deliberativa, e competência normativa, constituindo-se no instrumento mediador entre a sociedade civil e o Poder Público Municipal na discussão, elaboração e implementação das políticas municipais de educação, de gestão democrática do ensino público e na defesa da educação de qualidade para todos os municípios.

Parágrafo único. O Conselho Municipal de Educação incumbir-se-á de:



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CABELO
GABINETE DO PREFEITO

I – elaborar conjuntamente com a Secretaria da Educação, Esporte e Cultura, normas complementares para o Sistema Municipal de Ensino;

II – elaborar normas para autorização, credenciamento, e supervisão das instituições do Sistema Municipal de Ensino;

III – emitir parecer sobre assuntos educacionais e questões de natureza pedagógica que lhe forem submetidas pelo Executivo ou Legislativo municipal, e por entidades de âmbito municipal;

IV – elaborar e alterar seu Regimento Interno;

V – fiscalizar o cumprimento das disposições constitucionais, legais e normativas em matéria de educação;

VI – elaborar, evitando multiplicidade e pulverização de matérias, as diretrizes curriculares adequadas às especificidades locais;

VII – estabelecer as diretrizes de participação da comunidade escolar e local na elaboração das propostas pedagógicas das escolas e no Plano Municipal de Educação;

VIII – instituir comendas, medalhas e prêmios para homenagear personalidades defensora da educação;

IX – colaborar com a Secretaria da Educação, Esporte E Cultura, na elaboração do diagnóstico e nas soluções de problemas relativos à educação no Município, especialmente na aprovação do Plano Municipal de Educação;

X – exercer outras atividades previstas em outros dispositivos legais.

Art. 16º O Conselho Municipal de Educação será constituído por 16 (dezesseis) membros.

§ 1º Oito dos integrantes do Conselho Municipal de Educação, serão indicados pelos segmentos sociais, abaixo dispostos:

I – um representante dos Diretores das Escolas Municipais, indicado pelos seus pares;

II – um representante dos Diretores das Escolas Privadas de Educação Infantil, indicado pelos seus pares;

III – um representante dos pais/mães ou responsáveis dos alunos(as) das Escolas Municipais, indicado pelos seus pares;

IV – um representante dos Coordenadores Pedagógicos das Escolas Públicas Municipais, indicado pelos seus pares;

V – um representante dos professores das Escolas Públicas Municipais, indicado pelos seus pares;

VI – um representante dos professores das Escolas Privadas de Educação Infantil, indicado pelos seus pares;

VII – um representante dos funcionários técnicos-administrativos das escolas públicas Municipais, indicado pelos seus pares;

VIII – um representante das entidades sindicais que agregam trabalhadores de educação, indicado pelos seus pares.

§ 2º Os oito integrantes restantes, representantes do Poder Público, serão designados pelo Prefeito Municipal, ouvido o Secretário de Educação, Esporte e Cultura e obedecidos os seguintes critérios:



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CABEDELO
GABINETE DO PREFEITO

- I – ter formação Superior em Educação ou em áreas correlatas;
- II – ter saber notório em educação.

§ 3º Os oito integrantes que se refere o § 2º, deverá ser preenchido com 50% (cinquenta por cento) com profissionais do Quadro Efetivo do Magistério.

Art. 17º O mandato dos membros do Conselho será de 2 (dois) anos, permitida uma recondução consecutiva.

Art. 18º Os membros do Conselho Municipal de Educação, com exceção daquele previsto no § 2º do artigo 16, serão indicados por seus pares ao Prefeito que os designará para exercer suas funções.

Art. 19º As funções dos membros do Conselho Municipal de Educação não será remunerada.

Art. 20. As reuniões do Conselho Municipal de Educação serão realizadas mensalmente, podendo haver convocação extraordinária.

Art. 21º O Conselho Municipal de Educação terá o prazo de 30 dias, contado a partir da sua instalação, para a adequar o regimento interno a esta Lei.

Art. 22º O Conselho Municipal de Educação terá o prazo de três meses, contado a partir da sua instalação, para implementar o processo de elaboração do Plano Municipal de Educação.

CAPÍTULO III
DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Art. 23º O Poder Público Municipal, respeitando o art. 3º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB/96, propiciará condições e meios para a gestão da educação, especialmente dotando os agentes e órgãos com instrumentos, mecanismos e metodologias modernas de planejamento que possibilitem a elaboração do Plano Municipal de Educação, em sintonia com a Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001, que aprovou o Plano Nacional de Educação.

Art. 24º A Secretaria da Educação, Esporte e Cultura, em consonância com o que trata o inciso I do artigo 11 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB/96, integrar-se-á às políticas e planos educacionais da União e do Estado da Paraíba, elaborando o Plano Municipal de Educação e compatibilizando-o com o Plano Nacional de Educação e o Plano Estadual de Educação da Paraíba, observando-se as diretrizes e bases da educação nacional, que será submetido à aprovação da Câmara Municipal, visando o desenvolvimento do ensino no Município.

§ 1º O Plano Municipal de Educação será aprovado por lei específica, ouvido o Conselho Municipal de Educação.

§ 2º O Plano Municipal de Educação terá diretriz, observando os seguintes elementos e princípios:

- I – diagnóstico e realidade sócio-educacional e histórica;



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CABELO
GABINETE DO PREFEITO

- II – dados geográficos e econômicos, e aspectos culturais;
- III – diagnósticos das necessidades sócio-educacionais;
- IV – diretrizes pedagógicas e orientações metodológicas;
- V – respeito à realidade local;
- VI – proposta pedagógica com foco na aprendizagem do educando;
- VII – gestão democrática das escolas;
- VIII – autonomia pedagógica e de recursos financeiros das escolas;
- IX – participação da comunidade escolar e local na elaboração;
- X – metas a serem alcançadas e cronograma de execução;
- XI – os meios e instrumentos disponíveis;
- XII – recursos financeiros disponíveis;
- XIII – alternativas financeiras;
- XIV – parcerias e convênios com organismos e entidades.

§ 3º O Plano Municipal de Educação, especialmente, observará os meios para promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para preservação do meio ambiente, bem como o que determina a Lei nº 9.795/99, que dispõe sobre a educação ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental.

Art. 25º O Conselho Municipal de Educação participará da discussão do Plano Municipal de Educação, cabendo-lhe, juntamente com a Secretaria da Educação, Esporte e Cultura, a coordenação, supervisão e assessoramento de todo o processo, especialmente zelando pela observância das normas legais e participação da comunidade local e escolar.

Art. 26º O Plano Municipal de Educação, contendo a proposta educacional do Município e procurando articular as ações e iniciativas, agentes e órgãos competentes de todo o conjunto da educação no âmbito municipal, será construindo com a efetiva participação coletiva, especialmente dos profissionais da educação e da comunidade local, no prazo de seis meses, contado a partir da instalação do Conselho Municipal de Educação, com duração de dez anos.

Parágrafo Único. O Conselho Municipal de Educação, especialmente, velará pela observância das normas legais e participação da comunidade local e escolar na elaboração do Plano Municipal de Educação.

CAPÍTULO IV
DAS NORMAS COMPLEMENTARES

Art. 27º O Conselho Municipal de Educação incumbir-se-á, junto com a Secretaria da Educação de baixar normas para o Sistema Municipal de Ensino, de forma a favorecer a adequação da legislação nacional a peculiaridade local, desde que sejam complementares às normas superiores responsáveis por assegurar a necessária unidade normativa da educação em todo o país.

Art. 28º As instituições de ensino públicas e privadas componentes do Sistema Municipal de Ensino obrigam-se a cumprir a reger-se pelas normas complementares emanadas do Conselho Municipal de Educação.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CABEDELO
GABINETE DO PREFEITO

CAPÍTULO V
DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO
SEÇÃO I
DOS ESTABELECIMENTOS

Art. 29º O Sistema Municipal de Educação – no que tange às instituições complementares – compreende as instituições do ensino fundamental, médio e de educação infantil mantidas pelo Poder Público Municipal, bem como as de educação infantil criadas e mantidas pela iniciativa privada.

SEÇÃO II
DAS INCUMBÊNCIAS DOS ESTABELECIMENTOS

Art. 30º As instituições de ensino, integrantes do Sistema Municipal de Ensino, respeitarão os preceitos desta Lei, incumbindo-se de :

- I – elaborar e executar sua proposta pedagógica;
- II – administrar seu pessoal e seus recursos materiais e financeiros;
- III – assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas-aula estabelecidas;
- IV – velar pelo cumprimento do plano de trabalho de cada docente;
- V – prover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento;
- VI – articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola;
- VII – informar os pais e responsáveis sobre a freqüência e o rendimento dos alunos, bem como sobre a execução de sua proposta pedagógica.

SEÇÃO III
DA GESTÃO ESCOLAR

Art. 31º O Poder Público Municipal assegurará as condições para a gestão democrática dos estabelecimentos de ensino público, na educação básica, dotando-as progressivamente, de acordo com as suas peculiaridades, de autonomia pedagógica e administrativa, e de gestão financeira, observando o disposto no artigo 206 da Constituição Federal de 1988, nos artigos 12, 13, 14 e 15 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, possibilitando especialmente a participação:

- I – dos profissionais da educação na elaboração do Plano de Desenvolvimento da Escola;
- II – das comunidades escolar e local em Conselhos Escolares;



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CABEDELLO
GABINETE DO PREFEITO

Art. 32º As escolas serão dirigidas por profissionais habilitados escolhidos segundo normas específicas aprovadas pelo Poder Legislativo e nomeados pelo Poder Público Municipal, para um mandato de dois anos, permitida uma recondução consecutiva.

Parágrafo único. A norma específica definirá o número de gestores escolares e gestores escolares adjuntos para cada escola, observando o número de matrículas, pessoal, localização, infraestrutura e demais critérios necessários ao bom funcionamento da escola.

Art. 33º As escolas públicas elaborarão os seus projeto pedagógico com foco na aprendizagem do educando e com a participação efetiva da comunidade escolar e local.

Art. 34º As escolas públicas municipais terão regimento próprio aprovadas pela Secretaria da Educação, Esporte e Cultura e Conselho Municipal de Educação em que zelarão e estimularão a participação comunitária, a gestão democrática e a qualidade do ensino.

Art. 35º As escolas públicas municipais terão autonomia para implementação do projeto pedagógico, sendo-lhes asseguradas as condições pedagógicas, administrativas e financeiras, definidas pelo Conselho Municipal de Educação e aprovadas pela Secretaria da Educação, Esporte e Cultura para tal finalidade.

TÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

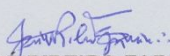
Art. 36º O Poder Público Municipal, especialmente, instalará o Conselho Municipal de Educação, no prazo de trinta dias contado da publicação desta Lei.

Art. 37º O Poder Público Municipal, através da Secretaria da Educação, Esporte e Cultura, comunicará as decisões desta Lei à Secretaria Estadual da Educação e Cultura da Paraíba e ao Conselho Estadual de Educação da Paraíba.

Art. 38º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 39. Revogam-se as disposições em contrario.

Paço Municipal de Cabedelo (PB), aos 17 de dezembro de 2003, 181º da Independência, 114º da República e 47º da Emancipação Política Cabedelense.


JOSE RIBEIRO FARIAS JÚNIOR

Prefeito